

Resistência parlamentar

O Presidente José Sarney adiou de ontem para hoje, às 10 horas, o anúncio oficial do pacote econômico, para atender a algumas sugestões que foram feitas por parlamentares do PMDB e do PFL, que não foram convencidos, em cinco horas de reunião fechada, pelos ministros Dilson Funaro, da Fazenda e João Sayad, do Planejamento.

Devolução do Imposto de Renda em até 120 dias depois da declaração e a substituição do IOF por IR, em alguns casos, para evitar que os municípios fossem prejudicados na redistribuição dos recursos, foram dois pontos sugeridos pelos parlamentares, segundo relato feito pelo ministro Funaro, no Palácio do Planalto, depois de falar com Sarney.

"Bom, neste caso então é muito melhor adiar o anúncio, contanto que se inclua já as sugestões do Legislativo" — respondeu o presidente Sarney a Funaro, quando este lhe contou as dificuldades surgidas no Congresso Nacional contra o pacote econômico, e de acordo com o ministro da Administração, Aluísio Alves, que na hora despachava com o presidente.

Logo depois, em entrevista coletiva, no Palácio do Planalto, o ministro Funaro confirmava alguns pontos do pacote, a ser mandado hoje para aprovação do Congresso:

1 — Na Bolsa de Valores, não haverá qualquer tipo de taxação, nos mercados primário e secundário. No de futuro e a termo, haverá uma taxação parecida com a do open market. No de opção, a taxação vai ser de meio por cento sobre o prêmio e de mais meio por cento se efetivamente optar.

2 — Imposto de Renda. Os que tiverem devolução em até 10 ORTN's, vão receber o total em 120 dias depois da declaração. Os que tiverem mais de 10 ORTN's de devolução, receberão apenas 10 em 1986. Se passar, receberão 15 ORTN's em 1987; mais 25 ORTN's em 1988 e, se ainda faltar, o restante apenas em 1989. Sempre com a correção monetária.

3 — Na parte das empresas, haverá uma antecipação do Imposto de Renda, alcançando quase 3.800 delas, o que não representará aumento de imposto, segundo o ministro.

4 — No caso de pessoa física, o ministro explicou haverá diminuição do Imposto de Renda cobrado na fonte, no que ele qualificou de fazer justiça social pelo tributo.

Outras medidas

O ministro Funaro também informou ontem que o presidente Sarney já assinou o decreto criando o índice único para reajustes de salário e capital. A diferença com o que já foi publicado é a de que começa a valer imediatamente, ou seja, já a partir do dia 1º de dezembro.

O ministro da Fazenda também prometeu para este ano um déficit operacional de três por cento, baixando para até meio por cento em 1986, explicando que isso se deve às medidas que estão sendo adotadas. E disse que Cr\$ 35 trilhões serão descontados do déficit público previsto no Orçamento da União para 86, somente pela queda das taxas de juros.

"Esses será o passo mais importante para esquecermos, daqui para a frente, qualquer outro tipo de aumento de impostos e para que possamos programar a ação do governo nos próximos anos, dentro do Orçamento" — disse Funaro. E aproveitou para se queixar da "herança braba" recebida pelo atual governo, em março, principalmente nas taxas de juros.

Na parte da chamada contenção das despesas públicas, coube ao ministro da Administração, Aluísio Alves, antecipar alguns pontos, devidamente autorizado por Sarney:

1 — Prorrogação por mais seis meses, a partir de 1º de janeiro, da proibição de contratação de pessoal em qualquer órgão público.

2 — Adiamento para o ano que vem da discussão sobre a possibilidade da concessão do 13º salário ao funcionalismo público. Neste ano, não será mesmo possível.

3 — Corte de 718 carros de representação (mordomia) somente em Brasília. A partir de hoje, terão carro à disposição somente Ministros, Secretários-Gerais e Presidentes de empresas, fundações ou autarquias.

4 — Redistribuição por entre os cinco novos Ministérios e outros órgãos dos quase 40 mil funcionários públicos que são considerados e qualificados de "ociosos".

5 — Contratação de 136 mil servidores celetistas, que estão distribuídos em 164 tabelas especiais, muitas vezes recebendo mais do que os efetivados há tempo.

Jornal de Brasília

adia o pacote



Os parlamentares da Aliança Democrática não se convenceram com os argumentos de Sayad e Funaro, após 5 horas de reunião